

# História preta como fonte de poder e força

» DLAMAN KOBINA

Escritor, professor na rede pública do Distrito Federal e estudioso de história e cultura africana e de educação afrocêntrica

As grandes navegações, a Grécia antiga, a descoberta das Américas, o século das luzes. Narrativas históricas apresentadas nas escolas, na mídia, em nomes de ruas, nas igrejas, inflam o ego da Europa e usam a história como propaganda. Se esse povo é assim tão grandioso, resta aos demais apenas submissão. A história é usada como instrumento educativo para intimidar e destruir a confiança do povo preto em si mesmo. Manipular a história é manipular a consciência.

O psicólogo Amos Wilson discutia as implicações psicológicas e psiquiátricas da historiografia eurocêntrica no povo preto. Ao roubar e distorcer a história, os europeus projetam uma consciência falsificada em nós. Criam uma amnésia histórica, uma vida baseada na negação, na inconsciência das próprias fontes de comportamento, pensamento e cultura. Como Wilson dizia, “se não conhecemos nossa história, não conhecemos nossa personalidade”.

Retomemos a sede pelo conhecimento histórico. A história preta é uma fonte de poder para levantarmos a cabeça em continuidade a um povo rico em tecnologia, economia, cultura, espiritualidade, ciência e educação. Aliás, educação e história sempre foram preocupações nossas.

Em Kemet (antigo Egito), há pelo menos 4 mil anos, havia avançados centros de ensino chamados Per Ankh (casas da vida). Funcionavam como escola, biblioteca e local de cópias de arquivos. Apesar do que mostram produções do cinema, o Egito antigo era feito de pessoas pretas, como provou o polímata Cheik Anta Diop.

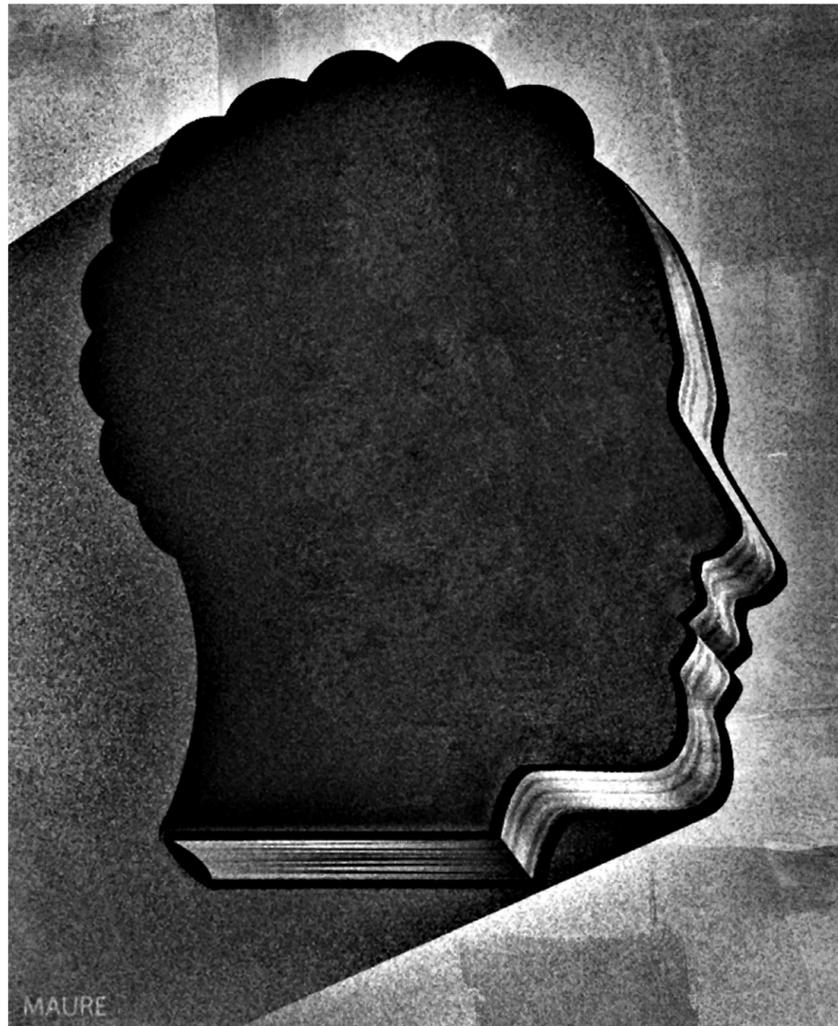
Descendo ao sul de África, tem-se os sangomas. São, eles e elas, responsáveis pelo contato com o mundo espiritual, pela saúde da comunidade e por repassar a tradição e a memória histórica de seu povo para novas gerações.

Na região oeste do continente, onde se deu a Era de Ouro (do século 8 ao 16), encontramos mais exemplos do valor da história e da educação. Os djélis, dentre o povo mandinga, eram responsáveis por educar a comunidade ao contar a história do Império do Mali com oralidade e musicalidade.

Mansa Musa, o homem mais rico da história, não dava valor apenas ao ouro. Esse soberano do Império do Mali era um “ardente patrono das ciências e das artes”, afirma John G. Jackson. Em 1324, enquanto a Europa sucumbia à Idade das Trevas sob doenças, guerras e conflitos religiosos, Mansa Musa peregrinou até Meca doando ouro, desestabilizou a economia aurífera do Cairo por 12 anos.

No século 15, no Império Songhay, a Universidade de Sankore, em Timbuktu, com acervo histórico, atraía milhares de pesquisadores e estudantes próximos e distantes. Jené, no atual Mali, tinha uma universidade com milhares de professores e uma escola médica que treinava médicos e cirurgiões habilitados.

Já a história da educação brasileira é uma história de exclusão do povo preto. Não sem enfrentamentos. Mesmo diante de legislações proibicionistas, pessoas pretas se organizavam com a



alfabetização dentro das irmandades negras, a contratação de professores, a escolarização de negros libertos, a preservação da memória nos terreiros de candomblé, entre outras iniciativas.

Em 1983, o deputado federal Abdias do Nascimento propôs legislação que integrava nos currículos escolares a história do povo preto e as contribuições tecnológicas e culturais africanas. O Projeto de Lei nº 1.332/83 representava a sede do povo preto por sua história. Não bastava estar dentro de uma escola, era necessário que a grandeza histórica preta fosse apresentada às crianças e jovens.

Apenas em 2003, foi incluída a obrigatoriedade do ensino de história e cultura de África e do povo negro com a Lei nº 10.639. Em relação à proposta de Abdias, a lei de 2003 apresentou generalização do que deveria ser feito, nenhum cronograma

ou obrigatoriedade de prestação de contas. Passados 21 anos, percebemos a fragilidade da aplicação da lei. Pesquisa publicada em 2023 pelo Geledés Instituto da Mulher Negra mostra que ações com ensino de história e cultura negra e africana são pontuais em 53% dos municípios, e 18% não têm qualquer ação.

Os dados estarrecedores, alinhados a estatísticas de genocídio e exclusão do povo preto, mostram a urgente necessidade de uma consciência histórica forte, alinhada à ancestralidade africana e à preocupação milenar com nossa educação. Como um sinal de esperança, por todo o Brasil, há diversas iniciativas autônomas que caminham nesse sentido ao produzir materiais educativos que fortalecem pessoas pretas, como jogos e livros, com história e cultura preta e africana.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

## Verde, amarelo e cinza

Para onde quer que o cidadão volte a cabeça, aparecerá um problema dos grandes que necessita ser resolvido o quanto antes. Afinal, estamos imersos até o pescoço em tempos de grandes desafios, interna e externamente. O mundo e o país, nestas duas décadas iniciais do século 21, mudaram como em nenhum outro período. Há claramente uma forte tensão do tipo planetária. Em parte, decorrente das mudanças climáticas, que vão se mostrando cada vez mais intensas, ameaçando a sobrevivência de nossa espécie.

Indiferente ao que ocorre, governos diversos parecem estar se preparando para a intensificação do que seria a inevitabilidade das guerras, com um possível alastramento de tensões em vários continentes. Tendo que suportar mais de 7 bilhões de habitantes, a Terra segue, segundo especialistas, rumo a um estado de exaustão de recursos naturais.

Em tempos assim, em que as bocas são muitas e os alimentos cada vez mais escassos e caros, os conflitos armados medram como erva daninha. Durante o longo período da história humana, crise de recursos e alimentos levaram a muitas guerras sangrentas.

Internamente, o Brasil tem que lidar com seriedade para impedir a todo custo a destruição contínua de nossos biomas e riquezas naturais. Mesmo com toda a importância que possa ter para a balança comercial do país e para a economia nacional, o agronegócio tem sua parcela de culpa na questão ambiental.

O Brasil já deveria ter aprendido as muitas lições do seu passado colonial, sobretudo com os processos de monoculturas cultivadas em vastíssimos latifúndios. Desses ciclos pouco restou. Do mesmo modo, deveríamos ter assimilado as lições e experiências com as nefastas práticas da mineração, num tempo em que o país era perfurado de Norte a Sul em busca de ouro, pedras preciosas e outros minerais. Do período da mineração restaram enormes extensões de terras totalmente arrasadas e sem mais serventia. Nenhuma dessas lições foi de fato retida em nossa memória, o que resultou, obviamente, na repetição dos mesmos caminhos errados de outrora.

De alguma forma, retornamos ao período colonial, mudando apenas de metrópole. Continuamos no mesmo lugar do passado, como economia complementar e periférica. Trocamos Portugal pelo restante do planeta, mas, ainda assim, continuamos como colônia do mundo, abastecendo diversos países com produtos primários de pouco ou nenhum valor agregado. Para atingirmos essa pretensa excelência produtiva, tivemos que prosseguir com a destruição de nossas riquezas naturais. Não há cantos nesse país em que os desmatamentos, as queimadas e as enormes crateras no solo não se mostrem em quantidades. Do mesmo modo, é visível o desaparecimento de muitos cursos d'água, assoreados por nossa ganância.

Desse ponto de vista histórico, permanecemos correndo em círculo, repetindo os erros, mesmo conhecendo as consequências ruins de cada um deles. Os incêndios gigantescos que consumiram boa parte dos canaviais no estado de São Paulo e que ameaçaram sufocar todo o país resultam da substituição da policultura pelo cultivo da cana-de-açúcar em grandes latifúndios mecanizados.

» A frase que foi pronunciada:

“Biocombustíveis, como o etanol, exigem enormes quantidades de terras cultiváveis e acabam substituindo plantações de alimentos ou áreas naturais selvagens, o que não é bom.”

Elon Musk

» História de Brasília

Foi o que o dr. Laranja fez, uma portaria com os mesmos nomes, estendendo as sindicâncias às administrações passadas. Pouco depois de saber disto, o dr. Paulo Nogueira comunicou-se pelo telefone com o dr. Laranja e pediu para que fosse sustado o seu ato, o que foi feito com relação à publicação no Diário Oficial, não sendo possível, entretanto, retirá-lo do Boletim da Companhia, que já estava rodando, sendo, depois, recolhido por ordem do presidente da Novacap. (Publicada em 17/4/1962)

# Cooperativismo: a força transformadora do Brasil

» MÁRCIO LOPES DE FREITAS

Presidente do Sistema Organização das Cooperativas Brasileiras (Sistema OCB)

O cooperativismo no Brasil é mais do que um modelo de negócios em crescimento, é uma força transformadora que molda a economia e a sociedade de maneira profunda e positiva. Os dados do Anuário do Cooperativismo Brasileiro 2024, divulgados recentemente pelo Sistema OCB, são significativos e detalham uma verdadeira locomotiva de desenvolvimento socioeconômico. Com 23,45 milhões de cooperados, representando 11,55% da população brasileira, esse movimento não para de crescer e de gerar impactos positivos em diversos setores.

O aumento de 14,5% no número de cooperados registrado em apenas um ano é um indicativo claro de que os brasileiros estão reconhecendo cada vez mais os benefícios desse modelo de negócios diferenciado. Mais do que nunca, o cooperativismo oferece uma alternativa sólida e confiável, que promove não apenas a geração de empregos, mas também a inclusão socioeconômica e a distribuição de renda. O nosso modelo de negócios gera prosperidade e garante dignidade para todos à sua volta, uma preocupação que só ganhou espaço mais recentemente com os debates sobre direitos humanos e a agenda ESG, mas que o cooperativismo sempre teve em seus princípios.

O impacto financeiro também é notável. Com uma movimentação de R\$ 692 bilhões e ativos

totais de R\$ 1,16 trilhão em 2023, as cooperativas demonstram uma capacidade extraordinária de gerar resultados. Mais do que números, esses valores representam um modelo de negócios que reinveste na comunidade, valoriza o trabalho cooperado e promove um ciclo virtuoso de desenvolvimento. As sobras do exercício, que atingiram R\$ 38,9 bilhões, são um exemplo claro de como os ganhos são redistribuídos de maneira justa entre os cooperados, fortalecendo ainda mais o senso de pertencimento e apoio mútuo.

Outro ponto de destaque é a presença significativa das mulheres. Com 41% de participação feminina entre os cooperados e 52% entre os empregados, o movimento cooperativista acredita, se preocupa e atua pela igualdade de gênero no mercado de trabalho. Em um país em que a disparidade salarial e a sub-representação feminina ainda são desafios, nos posicionamos como um modelo inclusivo e de livre adesão.

No cenário internacional, as cooperativas brasileiras também têm mostrado sua força. Com US\$ 8,3 bilhões em negócios realizados em 2023 e uma participação significativa nas exportações do agronegócio, estão conquistando espaço e reconhecimento no mercado global. Elas se consolidam como importantes articuladores de novos mercados para atender produtores que individualmente não

conseguiriam acessar. Essa presença internacional fortalece a economia brasileira e promove os valores de solidariedade e sustentabilidade em uma escala global.

Os benefícios do cooperativismo para a sociedade vão muito além dos números. Trata-se de um movimento que promove a participação ativa dos cidadãos na economia, fortalece as comunidades locais e fomenta uma cultura de cooperação. Em um mundo cada vez mais conectado e competitivo, o cooperativismo se destaca como um modelo de negócios baseado na colaboração e no benefício coletivo, demandas que também têm sido impostas pela sociedade na busca por um mundo mais sustentável e equilibrado.

É essencial, portanto, que o Brasil continue a apoiar e promover o crescimento do cooperativismo. Ele é, com certeza, um movimento pujante que precisa ser enaltecido, reconhecido e cada vez mais percebido pela sociedade. Seus indicadores são uma prova irrefutável de que o modelo tem um papel crucial a desempenhar no desenvolvimento social e econômico das nossas comunidades. Um caminho que mostra que é possível unir desenvolvimento econômico e social, produtividade e responsabilidade socioambiental. Por isso, investir no cooperativismo é investir em um futuro mais justo, próspero e solidário para todos.